



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000393274

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 1500248-16.2021.8.26.0628, da Comarca de Embu das Artes, em que é apelante MARCELO APARECIDO MACHADO, é apelado MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 10ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram parcial provimento ao recurso, tão-só, para reduzir a pena para cinco meses e doze dias de detenção, em regime semiaberto, mantida a extinção da punibilidade, pelo integral cumprimento da pena V.U**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FRANCISCO BRUNO (Presidente sem voto), NUEVO CAMPOS E RACHID VAZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 24 de abril de 2025.

JUCIMARA ESTHER DE LIMA BUENO

Relator(a)

Assinatura Eletrônica

Apelação Criminal nº 1500248-16.2021.8.26.0628

Apelante: M. A. M.

Apelado: Ministério Público do Estado de São Paulo

Foro de Embu das Artes – 2ª Vara Judicial

Juíza de Direito: Bárbara Carola Hinderberger Cardoso de Almeida

Voto nº 8178

Apelação. Lesão corporal e ameaça. Violência doméstica. Autoria e materialidade demonstradas. Condenação mantida. Dosimetria alterada. Readequação da fração de aumento das penas-base. Regime semiaberto adequado. Mantida a extinção da punibilidade pelo integral cumprimento da pena. Recurso provido em parte.

Acrescento ao relatório da r. sentença (fls. 238/240), que foi julgada procedente a ação penal, condenando-se **M.A.M.**, como incurso no como incurso no art. 24-A, da lei 11.340/06 e no art.147, “caput”, c.c. o art. 61, inciso II, letra “f”, do Código Penal, todos na forma do art.69, do mesmo Código, à pena de um ano e vinte e cinco dias de detenção, em regime semiaberto. Considerando que o réu ficou preso preventivamente por mais de um ano, foi julgada extinta a sua punibilidade, pelo cumprimento da pena.

Apelou o réu (fls. 253/258). Postula a absolvição por insuficiência probatória, quanto aos dois delitos.

Respondido o recurso (fls. 274/277), a douta Procuradoria Geral de Justiça manifestou-se pelo parcial provimento “*para o afastamento da agravante do art. 61, II, alínea “f” do Código Penal em relação a segunda fase de fixação da pena do crime tipificado no art. 24-A da lei 11.340/06*” (fls. 288/292).

É o relatório.

Segundo a denúncia, no dia 29 de janeiro de 2021, por volta das 17h30, na Rua Iguaçu, nº 564, bairro Pirajussara, na cidade e comarca de Embu das Artes, **M.A.M.** descumpriu decisão judicial que deferiu medida protetiva de urgência prevista na Lei nº 11.340/2006. Consta, por fim, que, nas mesmas circunstâncias de tempo e local, **M.A.M.**, prevalecendo-se das relações domésticas e familiares contra a mulher, na forma da Lei 11.340/06, ameaçou, por palavras, a sua filha, **E.P.M.**, de causar-lhes mal injusto e grave.

A materialidade delitiva está devidamente demonstrada pelo boletim de ocorrência (fls. 17/19), certidão de intimação decisão que deferiu as medidas protetivas (fls. 40, do proc. nº1501558-89.2020.26.0176), e pelas demais provas produzidas.

O réu, silente na delegacia (fls. 5), em Juízo não quis se pronunciar sobre os fatos; afirmou que recebeu a intimação acerca das medidas protetivas concedidas e que “rasgou o papel que o oficial de justiça lhe deu”, por estar embriagado. Afirmou não se lembrar da ameaça feita à vítima.

A vítima declarou que recebeu a medida protetiva judicial, segundo a qual o réu deveria se manter a uma distância superior a trezentos metros dela; disse que ele desobedeceu a medida no dia dos fatos, pois ele se aproximou de sua residência, tendo, inclusive, brigado com um vizinho. Esclareceu que guardas municipais estiveram no local e o prenderam em flagrante, sendo que foi ameaçada por ele, quando o réu já estava no interior da viatura, com a afirmação de que iria “pegá-la”. Ele estava bêbado no dia dos fatos e ficava violento, quando bebia.

O guarda municipal Diego Augusto Monteiro relatou que a guarda costuma realizar patrulhas próximo a residências de vítimas para as quais foram concedidas medidas protetivas e neste dia estava em patrulhamento, quando viu o acusado, o qual estava a menos de cem metros da residência da vítima. Ele estava com a mão ensanguentada;

esclareceu que achou que o réu tivesse praticado algum ato de violência contra a vítima, mas ele havia brigado com um vizinho. Disse que o réu estava embriagado e somente se acalmou após ser colocado na viatura. Afirmou não ter ouvido o réu proferir ameaças contra a vítima, mas ela confirmou ter sido ameaçada por ele.

Como se vê, os fatos estão demonstrados acima de dúvida razoável e a condenação do acusado pelo delito de ameaça, assim como pelo descumprimento das medidas protetivas, era mesmo de rigor.

O acusado foi pessoalmente intimado das medidas protetivas. Ele estava ciente da decisão que concedeu as medidas – ou, ao menos, tinha o dever de estar, pois certamente foi advertido de suas obrigações. A testemunha afirmou que o réu estava há aproximadamente cem metros da casa da vítima, da qual deveria manter trezentos metros de distância.

A versão apresentada pela defesa do acusado, quanto ao delito de ameaça, não o beneficia, pois enquanto alegou não se recordar de ter ameaçado a ofendida, pois estava embriagado, ela declarou, com segurança, que foi ameaçada por ele, consoante a prova colhida.

A embriaguez somente afastaria ou mitigaria a sua responsabilidade por qualquer dos delitos se a ingestão de bebida alcóolica decorresse de caso fortuito ou força maior, o que não se vislumbra na hipótese. Ao contrário, o acusado se encontrava em estado de embriaguez voluntária, no momento da prática dos delitos.

E, conforme entendimento firmado pelo E. Superior Tribunal de Justiça, a embriaguez não afasta a culpabilidade do acusado por violência doméstica. Aliás, empresta à conduta do réu especial reprovabilidade. Nesse sentido:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO
EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DE LESÃO
CORPORAL NO CONTEXTO DE
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRETENSÃO
ABSOLUTÓRIA. REVOLVIMENTO FÁTICO-

PROBATÓRIO. SUMULA 7 DO STJ. DOSIMETRIA.
PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIA DO

DELITO. EMBRIAGUEZ. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

1. Nos termos da orientação jurisprudencial desta Corte, **"a embriaguez voluntária ou culposa do agente não exclui a culpabilidade, sendo ele responsável pelos seus atos mesmo que, ao tempo da ação ou da omissão, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Aplica-se a teoria da actio libera in causa, ou seja, considera-se imputável quem se coloca em estado de inconsciência ou de incapacidade de autocontrole, de forma dolosa ou culposa, e, nessa situação, comete delito"** (AgInt no REsp 1548520/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 07/06/2016, DJe 22/06/2016). 2. A pretensão absolutória por ausência de dolo implica o reexame de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. A dosimetria da pena submete-se a juízo de discricionariedade do magistrado, vinculado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por inobservância aos parâmetros legais ou flagrante desproporcionalidade. 3. A prática do delito de lesão corporal mediante violência doméstica, por agente sob o efeito de bebidas alcoólicas, desborda do tipo penal do art. 129, § 9º, do Código Penal, autorizando a exasperação da pena-base. 4. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 1871481/TO, 6ª Turma, Rel. Min. Olindo Menezes, j. 09/11/21, DJe 16/11/21) – destaquei.

As declarações da vítima, em crimes desta espécie, têm especial importância e são plenamente válidas para embasar o decreto condenatório, especialmente, quando encontra respaldo nos demais

elementos probatórios, tal como ocorreu nestes autos.

Em se tratando de crime de violência doméstica, delito que, em razão de sua natureza, é praticado, em geral, dentro do lar e distante de testemunhas, a palavra da vítima assume grande relevância e merece ser prestigiada, notadamente porque ela não teria razão para acusar injustamente o acusado.

Nesse sentido:

“Consoante entendimento desta Corte Superior, nos crimes praticados em ambiente doméstico ou familiar, onde normalmente inexistente testemunha, a palavra da vítima ganha especial relevo e, por isso, não pode sofrer menoscabo, ainda mais se guardar sintonia com outros elementos de convicção disponíveis nos autos.” (AgRg no AREsp 962.903/DF, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, 5.^a T., j. 15/09/2016, DJe 23/09/2016)

“Tais delitos são os que se procuram cometer entre quatro paredes, às ocultas, horas mortas, sem vigília de ninguém. Bem por isso, as vítimas são suas grandes testemunhas. Descrer delas, só quando se arregimentam elementos seguros de que têm imaginação doentia ou agem por vingança irracional.” (TJSP - RT 455/332)

O mal prometido à vítima é de gravidade evidente e ela ficou, seguramente atemorizada, como demonstrado pela prova dos autos.

O dolo ficou evidenciado. O fato de as ameaças terem sido realizadas mediante palavras é circunstância inapta a descaracterizar a capacidade de atemorização, estando tipificado no referido artigo.

Ademais, a conduta do réu, considerado o contexto em que foi deu-se o delito, revelou-se séria e grave o suficiente para intimidar a vítima.

Não merece qualquer alteração, portanto, a r. sentença.

Passo à análise das penas.

A pena-base para o delito de descumprimento de medida

protetiva foi estabelecida em oito meses de detenção, considerados os maus antecedentes e seu envolvimento com o crime (fls. 111 – processo nº 130/2005, extinta a pena em 2015).

Todavia, s.m.j., o aumento é excessivo, comprovada apenas uma condenação caracterizadora dos maus antecedentes, sendo suficiente o aumento de 1/6, perfazendo três meses e quinze dias de detenção. Na segunda fase, a pena foi acrescida de 1/6, em razão da causa de aumento prevista no art. 61, II, “f”, do Código Penal, perfazendo **quatro meses e dois dias de detenção**, que se tornou definitiva, pela inexistência de circunstâncias modificativas.

Respeitado o entendimento esposado pelo digno Procurador Geral de Justiça, o tipo penal previsto no art. 24-A, da Lei n.º 11.340/06, consiste em “*Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência*”. Assim, a agravante genérica, por relações domésticas ou violência contra a mulher, não importa em ocorrência do indevido *bis in idem*, consoante entendimento das cortes superiores.

A pena-base para o delito de ameaça foi estabelecida em três meses de detenção, considerados os maus antecedentes e seu envolvimento com o crime (fls. 111 – processo nº 130/2005, extinta a pena em 2015).

Todavia, s.m.j., o aumento é excessivo, comprovada apenas uma condenação caracterizadora dos maus antecedentes, razão por que, suficiente o aumento de 1/6, perfazendo um mês e cinco dias de detenção. Na segunda fase, a pena foi acrescida de 1/6, em razão da causa de aumento prevista no art. 61, II, “f”, do Código Penal, perfazendo **um mês e dez dias de detenção**, que se tornou definitiva pela inexistência de circunstâncias modificativas

Reconhecido o concurso material, a pena totaliza em **cinco meses e doze dias de detenção**.

Foi estabelecido justificadamente o regime prisional

semiaberto, considerando a circunstância judicial negativa.

Inviável a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, *ex vi* do artigo 44, inciso I, do Estatuto Repressivo e da Súmula nº 588 do Superior Tribunal de Justiça, sendo também inaplicável a suspensão condicional da pena, diante dos maus antecedentes, pois as medidas se mostram como insuficientes e inadequadas para aplicação da terapêutica penal e para prevenção e reprovação do delito.

Tendo o réu ficado preso preventivamente por mais de um ano, correta a extinção de sua punibilidade, pelo cumprimento da pena.

Pelo exposto, pelo meu voto **dou parcial provimento** ao recurso, tão-só, para reduzir a pena para **cinco meses e doze dias de detenção**, em regime semiaberto, **mantida a extinção da punibilidade, pelo integral cumprimento da pena.**

JUCIMARA ESTHER DE LIMA BUENO
Relatora